

Sarney promete a sucessor inflação reduzida

GAZETA MERCANTIL 26 SET 1988

A plataforma eleitoral do PSDB para 1989

Por Marcos Magalhães
de Brasília

O PSDB, partido dos ex-ministros da Fazenda Dilson Funaro e Luiz Bresser Pereira, quer um novo programa de estabilização econômica, para conter a inflação brasileira. As linhas mestras do plano, que no início do ano eleitoral de 1989 se transformará em plataforma eleitoral, começaram a ser discutidas sexta-feira em Brasília, durante uma reunião entre políticos e economistas ligados ao partido.

"Toda experiência demonstra que os processos inflacionários agudos não são passíveis de tratamento gradualista", diagnostica o documento básico do debate, intitulado "Para a superação da crise, uma agenda para a discussão do PSDB".

Elaborado pelo cientista político Hélio Jaguaribe e pelos economistas André Lara Rezende e Edmar Bacha, o texto bate duro na política oficial de combate à inflação e prega uma combinação de receitas ortodoxas e heterodoxas.

A primeira das condições apontadas para o sucesso do Programa de Estabilização é a racionalização do setor público. A reforma da máquina governamental, por sua vez, deveria ser acompanhada pelo refinanciamento da dívida externa do setor público.

Como consequência, se estabelecer a terceira condição: a redução — ou eliminação — do déficit público, de forma que o refinanciamento da dívida obtido junto aos credores seja utilizado para tornar negativa a necessidade de financiamento interno do setor.

A quarta condição para o sucesso do programa, estabelece o documento do PSDB, seria a adoção de uma política monetária e creditícia restritiva, com taxas altas de juros de curto prazo. A quinta — e mais importante — sugere um congelamento: "coordenar a política de salários e preços para reajustá-los aos seus valores reais médios observados nos últimos seis meses antes do início do programa de estabilização, e posterior eliminação de qualquer

referência à inflação passada". O senador Mário Covas, provável candidato do PSDB à presidência da República, preocupou-se em demonstrar que a palavra congelamento não estava mencionada no documento. Mas o ex-ministro Bresser Pereira, responsável por um dos dois congelamentos de preços e salários do governo Sarney, não escondia a intenção do partido, uma vez que chegue ao poder.

"Não basta reduzir o déficit público, é preciso congelar", receita Bresser. Para ele, até mesmo o atual governo será obrigado a adotar este caminho, embora não esteja pronto para, ao mesmo tempo, preparar as condições necessárias ao sucesso da iniciativa. O principal dos requisitos, no entender de Bresser, é a adoção de uma postura mais rígida na negociação da dívida externa.

"Juro é déficit público", afirma o ex-ministro, lembrando que o pagamento de juros aos bancos credores tem retirado do Brasil, anualmente, o equivalente a 3% do seu Produto Interno Bruto. "A

nossa proposta inclui a desindexação da economia, o congelamento de preços e salários e um violentíssimo combate ao déficit público, o qual só pode ser obtido com a resolução do problema da dívida externa", disse Bresser.

O senador Mário Covas acredita que as medidas duras previstas para constar de seu programa de governo não deverão prejudicar sua campanha, em 1989. "Falar a verdade só rende votos", argumentou Covas, que foi buscar em um conselho recebido na infância a justificativa para a sua pronta adesão ao programa de estabilização.

"Uma vez me disseram que havia duas maneiras de ganhar a vida, a honesta e a desonesta", contou. "E me recomendaram seguir a via honesta porque havia ali menos concorrência", gracejou Covas. Para ele, ninguém mais acredita em sonhos prometidos em campanhas eleitorais. E anunciar um combate à inflação cheio de sacrifícios, aposta o senador, poderá resultar em bons dividendos nas urnas.

Cumprido o ritual de elaboração da Constituição, fechados os acordos da dívida externa e assegurada a vigência das regras básicas do regime democrático, o presidente José Sarney considera que resta ao seu governo, nos próximos dezoito meses — que tendem a ser marcados pela disputa pela sucessão presidencial —, concentrar-se no esforço administrativo para reduzir a taxa de inflação.

Sarney pretende entregar o poder ao seu sucessor com um regime democrático plenamente estabelecido, a dívida negociada e a inflação reduzida. "Vamos entrar numa nova etapa", disse no seu programa radiofônico semanal, "Conversa ao Pé do Rádio", na sexta-feira.

"A inflação está na raiz da visão de que tudo vai mal", disse o presidente, "ela destrói a confiança, desestimula a economia, seduz os políticos para a demagogia".

A PARTE DO GOVERNO
"O governo está fazendo a sua parte, com a redução drástica do déficit público, cortando despesas, racionalizando a administração, privatizando atividades que podem ser transferidas para a iniciativa privada. Tudo favorece, mas antes de mais nada temos que acreditar que a inflação tem de ser combatida, não só pelo governo, mas por todos."

E continuou: "Não se deve esperar, portanto, pacotes mágicos, medidas salvadoras. A chamada teoria econômica tem suas leis e nós já vimos os riscos que se corre ao tentar esquecê-las. Portanto, não repetiremos experiências que não deram resultado desejado. No entanto, não temos a visão de que a inflação é indomável. Vamos e estamos combatendo nas suas causas reais, nas suas motivações, nas suas fontes geradoras: a primeira delas, o déficit público; encerramos o primeiro semestre com um déficit público de cerca de 1% do PIB nacional — um resultado excepcional".

"Um país como o Brasil, com instituições democráticas vivas, produzindo como nunca produziu, com todo o povo trabalhando e a sociedade preocupada com a alta dos preços e a desvalorização da moeda, não pode ter a inflação que temos", observou.

O MOMENTO É PROPÍCIO
Para Sarney, o momento é propício a essa ação até porque o País já dispõe de estabilidade na economia interna e externa. E citou, em tom otimista, a suspensão da moratória da dívida externa como exemplo dessa situação.

"A dívida externa tem dois níveis: um é o financeiro, aquele que diz respeito às transações entre os bancos e os países devedores; outro é o nível político, aquele em que a responsabilidade do conjunto da dívida deve ser meditada por todos os países — devedores e credores. Assim como não fizemos um cartel de devedores, nós não queremos ver a formação de nenhum cartel de credores impondo soluções. Estamos coerentemente mantendo nosso ponto de vista, de que não podemos ver em particular a América Latina como um país exportador líquido de capital e que esta é uma situação insustentável que tem que ser resolvida, mas no nível financeiro, que é aquele que diz respeito à operação diária da economia."

Meu primeiro desafio neste governo foi a restauração da democracia no País. Esta era a primeira etapa: devolver a liberdade perdida. Isto foi feito. Nunca o País viveu um clima de liberdade em toda a sua História, como tem vivido nestes anos do meu governo. A democracia é hoje uma realidade no Brasil. Estamos concluindo a implantação do Estado de Direito, da moderna democracia brasileira, com a promulgação da nova Constituição, votada por uma Constituinte eleita pelo voto direto, convocada por mim, que trabalhou com absoluta independência e em meio a uma discussão apaixonada, calorosa e patriótica em todos os setores da vida nacional.

ções, de incertezas e de insegurança. Portanto, nesta nova etapa, vamos, com renovado ânimo, oferecer um combate à inflação sem quartel."

Íntegra

"Brasileiros e brasileiras, bom dia.

Aqui vos fala, mais uma vez, o presidente José Sarney. Nossa "Conversa ao Pé do Rádio", nesta sexta-feira, será, como sempre, mais uma oportunidade direta, sem intermediários, de uma conversa franca do presidente com o povo.

Hoje, desejo abordar, especificamente, o mais grave problema nacional, que é a inflação, ressaltar que nunca menosprezei a gravidade do problema inflacionário, mas seria uma ingenuidade de pensá-la fora de um contexto global. A inflação, ela cria uma cultura e é realimentada por essa mesma cultura. Ela está na raiz da visão de que tudo vai mal; ela destrói a confiança; ela desestimula a economia; ela seduz os políticos para a demagogia; ela não pode ser vista, portanto, como um fenômeno isolado; ela é psicológica, é inercial. Ela tem seu núcleo em causas econômicas crônicas, como o déficit público.

Mas, ela também tem sua autonomia, e tem sua dependência — autonomia de ser um fenômeno grave que corrói a sociedade, dependência, de não poder ser encarada como um fenômeno isolado. Ela se alimenta do especulador, e ela desestimula o trabalho. Ela é responsável, em grande parte, pela corrupção. Ela degenera, mas para enfrentá-la temos que vê-la dentro do contexto do político, do social e do econômico.

"Estamos entrando numa nova etapa"

Meu primeiro desafio neste governo foi a restauração da democracia no País. Esta era a primeira etapa: devolver a liberdade perdida. Isto foi feito. Nunca o País viveu um clima de liberdade em toda a sua História, como tem vivido nestes anos do meu governo.

A democracia é hoje uma realidade no Brasil. Estamos concluindo a implantação do Estado de Direito, da moderna democracia brasileira, com a promulgação da nova Constituição, votada por uma Constituinte eleita pelo voto direto, convocada por mim, que trabalhou com absoluta independência e em meio a uma discussão apaixonada, calorosa e patriótica em todos os setores da vida nacional.

Coube-me não apenas a hora de convocar a Constituinte, mas, durante este período, a responsabilidade de manter a Nação em paz e tranqüilidade, enquanto os senhores constituintes, deputados e senadores, traçavam os rumos legais do Brasil.

Ao mesmo tempo, coube-me enfrentar um período tempestuoso da nossa economia. Enfrentar, por exemplo, o problema da dívida externa que herdamos — a maior dívida externa do mundo, com reflexos profundos dentro do conjunto da economia nacional. Esse problema não é um problema só brasileiro, é hoje um problema mundial, que afeta não só os países devedores, mas os países credores.

"Não queremos um cartel de credores impondo soluções"

Como eu sempre afirmei, aqui no Brasil, e fora do Brasil, a dívida externa tem dois níveis: um nível, que é o nível financeiro, aquele que diz respeito às transações entre os bancos e os países devedores. Nisto, cada país tem a sua particularidade: o volume de sua dívida, as condições de pagamento, as potencialidades de sua economia e há um outro nível, que é o nível político, este nível político é aquele em que a responsabilidade do conjunto da dívida deve ser meditada por todos os países — os países devedores e os países credores.

Assim como não fizemos um cartel de devedores, nós não queremos ver a formação de nenhum cartel de credores impondo soluções. Estamos coerentemente mantendo nosso ponto de vista, de que não podemos ver em particular a América Latina como um país exportador líquido de capital e que esta é uma situação insustentável que tem que ser resolvida, mas no nível financeiro, que é aquele que diz respeito à operação diária da economia.

Quero afirmar que o Brasil, ontem, assinou com seus credores o acordo no qual ele encerra as discussões sobre o ponto de vista financeiro da nossa dívida, regulariza a situação internacional, que encontrou desregularizada desde o primeiro dia do governo. Sem nenhum acordo internacional — um acordo vencido e um acordo para assinar —, um acordo que não foi assinado e que nos levou a providências drásticas para resguardar o País da bancarrota, uma vez que as nossas reservas cambiais chegaram a um nível insustentável, que comprometia a sobrevivência da nossa economia. Neste instante, tomei uma decisão, decisão difícil, decisão heróica, que sabia de suas con-

seqüências, que foi a decisão da moratória.

Ontem, suspendemos a moratória, porque o Brasil recuperou as suas reservas. Hoje, tem boas reservas. Hoje, está com um comércio internacional dinâmico, com saldos da balança de exportação que irão, ao fim do ano, a um patamar de cerca de 17 bilhões de dólares. Assim, posso dizer que regularizamos a situação da economia do Brasil, na parte que se refere à sua inserção no contexto internacional.

Mas compreendemos também que a economia interna não se dissocia da economia externa, não podíamos tratar da economia interna sem resolvermos o problema da dívida externa. Agora, resta-nos o dragão da inflação — esse monstro, como eu disse, devorador de salários, destruidor do equilíbrio econômico, demoralizador do valor da moeda e fonte de inquietações, de incerteza e de insegurança. Portanto, nesta nova etapa, vamos, com renovado ânimo, oferecer um combate à inflação sem quartel.

Mas quero dizer que este combate à inflação não é obra somente do governo. A inflação, como eu disse, é uma cultura, uma cultura enraizada na sociedade que tem que ser exorcizada.

Estamos num momento em que podemos conjugar esforços para essa tarefa. Como eu disse, resolvido o problema da dívida externa em relação aos seus credores, na parte financeira, assegurada a estabilidade política, nós, agora, devemos nos dedicar, como etapas que não podiam ser queimadas e que foram ultrapassadas, à regularização da economia nacional.

O setor produtivo nosso já está ativo, a agricultura celebra safras, as maiores de nossa História. As intenções de investimento na indústria são positivas e estamos vendo a volta acelerada dos investimentos internos. As grandes agências internacionais também abrem os seus créditos ao Brasil.

"Não repetiremos experiências que não deram resultado"

Aqui, desejo informar ao povo brasileiro que, nesses dois anos, todas essas agências ficaram fechadas para o nosso País. Atravessamos a pão e água esse difícil deserto desses dois anos, em que tive que tomar decisões políticas e econômicas importantes, mas que eram do meu dever e que tomei em benefício do País.

O desemprego está-se reduzindo a cada dia. O governo está fazendo a sua parte, com a redução drástica do déficit púb-

lico, cortando despesas, racionalizando a administração, privatizando atividades que podem ser transferidas para a iniciativa privada. Tudo favorece, mas antes de mais nada temos que acreditar que a inflação tem que ser combatida, não só pelo governo, mas por todos.

Não se deve esperar, portanto, pacotes mágicos, medidas salvadoras. A chamada teoria econômica tem suas leis e nós já vimos os riscos que se corre ao tentar esquecê-las. Portanto, não repetiremos experiências que não deram o resultado desejado. No entanto, não temos a visão de que a inflação é indomável. Vamos e estamos combatendo nas suas causas reais, nas suas motivações, nas suas fontes geradoras: a primeira delas, o déficit público.

Encerramos o primeiro semestre com déficit público de cerca de 1% do PIB nacional — um resultado excepcional, que ninguém acreditava, mas que foi realizado com essa política de austeridade, essa política firme e essa determinação heróica.

"Desaparecem as fontes de desconfianças e de perplexidade"

Um país como o Brasil, com instituições democráticas vivas, produzindo como nunca produziu, com todo o povo trabalhando e a sociedade preocupada com a alta dos preços e a desvalorização da moeda, não pode ter a inflação que estamos tendo.

Quero dizer que vamos colocar toda nossa obstinação nessa luta sem tréguas, e para isso precisamos da ajuda de todos. Não acreditem se algum pessimista repetir que a inflação é uma fatalidade e que devemos conviver com ela, nos patamares em que se encontra.

Já se disse no Brasil que a inflação era um bem, que era uma coisa necessária, que ela era essencial ao desenvolvimento. Um país do nosso tamanho, com a nossa visão, com a nossa grandeza, não pode repetir uma teoria dessa natureza.

A inflação, como eu disse, ela é o mais grave problema de nossa economia e é esse dragão que não podemos dormir com ele. Muito menos deve-se acreditar que a inflação é consequência da situação de menos cuidado do governo para com a economia.

Não. A inflação tem raízes, como eu disse, mais profundas. Vejam, por exemplo, a base monetária constituída pelo papel moeda em circulação e pela reserva bancária. Ela está crescendo abaixo da inflação.

Em agosto, a expansão da base monetária foi de 7,9% para uma inflação de 20%, 20,6% — bem menor, portanto. Isso

quer dizer que a economia não está descontrolada e há algo mais abaixo do sol. Nossa inflação tem uma inflação verdadeira e uma inflação artificial. Tem, dentro dela, os especuladores, tem dentro dela os boatos das quintas-feiras, anunciando a catástrofe na sexta. Tem dentro dela aqueles que estão acostumados à ciranda inflacionária e, com ela, têm feito com que a sociedade brasileira, cada vez mais, seja dividida entre os mais ricos, que mais enriquecem, e os mais pobres, que mais empobrecem.

"Vamos impedir a alta desordenada do mercado"

Portanto, esta é uma mensagem que desejo colocar na consciência de todos os brasileiros: ninguém pense que o presidente é aquele guardião de privilégios, que é aquele que deve exclusivamente ser o responsável pela manutenção dos erros, que são de muitas áreas. Não, como tenho dito, quem faz o país não é o presidente da República, não são as autoridades, é o povo, é a sociedade como um todo, e a sociedade deve lutar também para criar-se uma consciência de que a inflação não é um problema que diga respeito somente ao governo, mas que ela tem muitos responsáveis. Vamos lutar contra a especulação, vamos impedir a alta desordenada do mercado, deixando de pagar preços abusivos, aumentados por conta da inflação futura. E preciso vigilância, é preciso também que as classes produtoras participem dessa cruzada, que elas não fiquem à base de informações falsas e interessadas, jogando a inflação para um patamar que não é o seu verdadeiro patamar — aquele que os índices econômicos globais da economia nos indicam.

Aqui fica, portanto, esta mensagem de alerta e de pedido de colaboração para com todo o povo brasileiro, nesta "Conversa ao Pé do Rádio". Está começando, como eu disse, neste momento, uma outra etapa do nosso trabalho: regularizado o setor externo, concluída a Constituinte, desaparecem as fontes de desconfianças, as fontes de permanente perplexidade que sempre, aqueles que são os pregadores do caos, estão ativamente.

Portanto, vamos entrar numa nova etapa com a liberdade, com o Estado de direito, com uma economia dando sinais de recuperação bem visíveis e com uma concentração de todos no combate ao maior de todos os nossos inimigos, que é a inflação.

Bom-dia, brasileiras e brasileiros".